

# Hospital San Julian

*Transformando Vidas*



*Balanco - 2019*



AUDIT - TAX - CONSULTING - OUTSOURCING

## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações  
Contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e IFRS.  
31 de dezembro de 2019  
REA 011/2020



## Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balancos Patrimoniais.....	6
Demonstrações do Resultado do Exercício .....	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	11

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Associados da  
ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES  
Piraquara – PR – Brasil

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Efeitos da COVID-19 sobre as demonstrações contábeis

Devido aos efeitos decorridos desde fevereiro de 2020 por conta da COVID-19, a Administração tem mantido um comitê responsável diário por avaliar a situação relativa ao COVID-19 e seus impactos nas demonstrações contábeis. Devido à natureza de suas atividades, Entidade encontra-se potencialmente mais exposta a riscos diversos, por conta dos efeitos que possam daí decorrer. Esses efeitos podem ter natureza técnico-operacional, como afastamento e indisponibilidade de profissionais chave ao funcionamento da atividade normal, ou ainda de natureza





econômico-financeira, devido à necessária coordenação de atividades que tenham que vir a ser remotamente executadas. Por conta das medidas de redução de exposição do público, podem ocorrer impactos na manutenção de suas operações normais. Este parágrafo de ênfase reflete o evento subsequente de natureza material, conforme nota explicativa nº 22.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Não identificamos nenhum assunto que consideramos de matéria relevante para menção em nosso relatório de auditoria.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

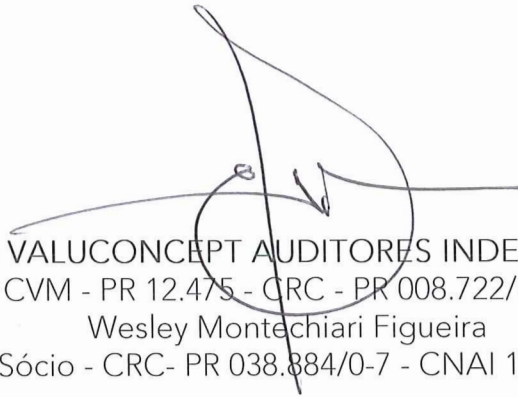
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 17 de abril de 2020.



VBR BRASIL- VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CVM - PR 12.475 - CRC - PR 008.722/O-5  
Wesley Montechiari Figueira  
Sócio - CRC- PR 038.884/0-7 - CNAI 1.222

ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Balancos Patrimoniais  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

Ativo	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		3.950.347	3.939.501
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	1.156.987	1.009.324
Contas a Receber	5	2.524.723	2.588.759
Estoques	6	187.089	249.012
Impostos a Recuperar	-	1.498	1.498
Despesas Antecipadas	7	14.687	15.131
Outros Créditos	8	65.363	75.777
Não Circulante		1.132.360	733.293
Investimentos	9	10.154	9.351
Imobilizado	10	1.060.983	701.128
Intangível	11	61.223	22.814
Total do Ativo		5.082.707	4.672.794

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Balancos Patrimoniais  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

Passivo e Patrimônio Social	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		<u>1.777.306</u>	<u>1.853.119</u>
Contas a Pagar	12	604.175	707.879
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	1.114.715	1.085.300
Obrigações Tributárias	14	36.142	35.540
Outras Contas a Pagar	15	22.274	24.400
Patrimônio Social	16	<u>3.305.401</u>	<u>2.819.675</u>
Superávit Acumulado		3.304.201	2.818.475
Jóia Patrimonial		1.200	1.200
Total do Passivo e Patrimônio Social		<u><u>5.082.707</u></u>	<u><u>4.672.794</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*



ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Demonstrações do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2019

(Em reais)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional líquida	17	17.400.879	17.098.733
Custos totais	18	(15.555.720)	(15.178.663)
Lucro bruto		<u>1.845.159</u>	<u>1.920.070</u>
Despesas operacionais	19	(1.504.960)	(1.229.960)
Outras receitas e despesas operacionais	20	<u>45.404</u>	<u>53.773</u>
Outras Receitas		62.841	85.221
Outras Despesas		(17.437)	(31.448)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>385.603</u>	<u>743.883</u>
Resultado financeiro	21	<u>32.827</u>	<u>32.119</u>
Receitas Financeiras		48.940	49.129
Despesas Financeiras		(16.113)	(17.010)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>418.430</u>	<u>776.002</u>
Superávit do exercício		<u><u>418.430</u></u>	<u><u>776.002</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

	Superavit acumulado	Jóia Patrimonial	Superavit / (Déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.049.557</b>	<b>1.200</b>	-	<b>2.050.757</b>
Superavit do exercício	-	-	776.002	776.002
Transferência para superavit acumulado	776.002	-	(776.002)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(7.084)	-	-	(7.084)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.818.475</b>	<b>1.200</b>	-	<b>2.819.675</b>
Superavit do exercício	-	-	418.430	418.430
Transferência para superavit acumulado	418.430	-	(418.430)	-
Ajuste de exercícios anteriores	67.296	-	-	67.296
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.304.201</b>	<b>1.200</b>	-	<b>3.305.401</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Superávit do exercício	418.430	776.002
Ajustes		
Depreciação e amortização	161.459	122.390
Ajuste de exercícios anteriores	67.296	(7.084)
Superávit do exercício ajustado	647.185	891.308
Variações nos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	444	(6.543)
Contas a Receber	64.035	(1.114.026)
Estoques	61.923	(8.699)
Outras contas a receber	10.414	651.970
Contas a pagar	(103.703)	141.886
Obrigações sociais e tributárias	30.017	8.139
Outras contas a pagar	(2.127)	(3.477)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	708.188	560.558
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(575.689)	(227.220)
Investimentos	(803)	(2.189)
Custo na baixa de imobilizado	15.966	24.003
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(560.526)	(205.406)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	147.662	355.152
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.009.324	654.172
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.156.987	1.009.324
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	147.662	355.152

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, Entidade constituída sob a forma de Entidade Privada, inscrita no CNPJ nº 07.070.735/0001-30, com sede na cidade de Piraquara, Paraná.

A Entidade possui os seguintes objetos sociais:

I - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;

II - Serviços de assistência social sem alojamento;

III - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente;

IV - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;

V - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas;

VI - Atividades de associações de defesa de direitos sociais;

VII - Atividades associativas não especificadas anteriormente.

## 2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

### 2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME R1).

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.12.

### 2.1.1 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

#### a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2019

A administração avaliou os impactos de eventuais mudanças mencionadas e eventuais diferenças nos saldos contábeis pela adoção das novas normas de modo que sejam reconhecidos, se aplicável, no exercício social corrente com o início destas demonstrações contábeis, afetando diretamente o patrimônio social da Entidade. Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor no período corrente a data destas demonstrações contábeis:

III - CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”: A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da Sociedade ainda não avaliou detalhadamente as novas normas, mas não espera impactos significativos, exceto pela IFRS 15.

ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro). A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações financeiras após o início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

Não foram identificados novos pronunciamentos ou alterações que possam provocar quaisquer alterações nas demonstrações contábeis da Entidade a serem emitidas em períodos futuros.

A administração permanece avaliando as mudanças ocorridas nas normas e procedimentos contábeis para que possam estar adequados a qualquer alteração que venha provocar mudanças na forma atual dos registros contábeis de sua operação.

## 2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que a é moeda funcional da Entidade.

## 2.3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança.

## 2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.4.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.



No caso da Entidade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possuía Caixa e Equivalentes de Caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 4.

**b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro".

**c) Ativos Mantidos até o Vencimento**

São ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro", usando o método da taxa de juros efetiva.

**d) Empréstimos e Recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possuía Contas a receber nessa classificação, conforme nota explicativa nº 5.

**e) Passivos Financeiros não Derivativos**

A Entidade não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possuía fornecedores e outras contas a pagar nessa classificação, conforme nota explicativa nº 12 e 15.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### f) Valor Justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Caso existam ativos financeiros contabilizados a valor justo para os quais não exista um mercado ativo ou cotação pública, a Entidade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, tais como a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

### 2.4.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os demais ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seus "Resultados Financeiros Líquidos" no período em que ocorrem.

#### 2.4.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.4.4. *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Entidade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Entidade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.



Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Entidade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.5. INVESTIMENTOS

Eventuais investimentos da Entidade em coligadas e controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R2 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Controladora. A Entidade não possuía saldos de investimentos nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

## 2.6. IMOBILIZADO

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e está apresentada na nota explicativa nº 10.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas Operacionais", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

---

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Móveis e Utensílios	5 a 10
Máquinas e Equipamentos	5 a 25
Ferramentas	5
Computadores e Impressoras	2
Instalações	10 a 25
Veículos	5

## 2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a softwares adquiridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida conforme pode ser observado na nota explicativa nº 11.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Os valores residuais e a vida útil dos ativos finitos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

## 2.8. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos

são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de *impairment*.

## 2.9. FORNECEDORES

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.10. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## 2.11. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade, conforme descrição a seguir:

### a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.



## 2.12. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

### a) Ativos e passivos contingentes

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

**Passivos contingentes** - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

## 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Entidade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Entidade elege as instituições financeiras com as quais os contratos

podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

### 3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

O programa de gestão de risco global da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Entidade, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

### 3.3. RISCO DE MERCADO

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de modo que a Entidade não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

#### b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Entidade pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Entidade não tenha risco de liquidez.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo

ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixas	2.845	1.537
Banco conta movimento	1.033	5.087
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.153.109	1.002.700
Total	<u><u>1.156.987</u></u>	<u><u>1.009.324</u></u>

5. CONTAS A RECEBER

A composição de contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Outras contas a receber	2.300	1.123
Convênio SUS/SESA a receber (i)	2.522.423	2.587.636
Total	<u><u>2.524.723</u></u>	<u><u>2.588.759</u></u>

- (i) A Entidade mantém sua operação exclusivamente a rede pública através do SUS/SESA, que são os órgãos que realizam o repasse dos valores sobre os atendimentos por ela realizados. As compensações destes repasses são realizadas em até sessenta dias após a apuração dos atendimentos realizados e desta forma não são realizados adiantamentos.

## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em reais)

### 6. ESTOQUE

A composição do estoque está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Estoque doação (i)	17.103	21.581
Estoque para consumo (ii)	56.405	104.810
Estoque med. e materiais hospitalares (iii)	113.581	122.621
Total	<u>187.089</u>	<u>249.012</u>

- (i) Estoque de doação consiste em alimentos e bens para consumo, como é o caso de roupas ou itens de cama, mesa e banho, sendo que somente são reconhecidos no estoque aqueles itens que chegam com NF onde é possível realizar o reconhecimento do custo destes itens, permitindo também a baixa destes do sistema conforme acontece o seu consumo.
- (ii) Estoque para consumo consiste em alimentos e bens para consumo que são adquiridos pela própria Entidade, sendo que somente são realizadas compras mediante NF para o reconhecimento de seu custo e posteriormente sua baixa conforme acontece o seu consumo.
- (iii) Estoque de medicamentos e materiais hospitalares consistem em medicamentos e materiais necessários de uso hospitalar para a realização do tratamento imposto a cada paciente ou demais procedimentos médicos que se façam necessários, sendo que as compras destes itens somente são realizadas mediante NF para o reconhecimento de seu custo e posteriormente sua baixa conforme acontece o seu consumo.

### 7. DESPESAS ANTECIPADAS

A composição de despesas antecipadas compreende em prêmios de seguros veiculares e patrimoniais que a Entidade mantém para garantir a continuidade de sua operação em caso de algum sinistro. Os valores de seguros a apropriar consistem em R\$ 14.687 e 15.131 para dezembro de 2019 e 2018 respectivamente.



ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em reais)

8. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos está demonstrada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamento a funcionários	62.601	44.214
Adiantamento fornecedores diversos	2.762	31.563
<b>Total</b>	<b>65.363</b>	<b>75.777</b>

9. INVESTIMENTOS

A composição de investimentos está demonstrada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Quotas de capital Banco Sicredi	3.025	2.614
Quotas de capital Banco Greencred	7.129	6.737
<b>Total</b>	<b>10.154</b>	<b>9.351</b>

10. IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

			31.12.2019	31.12.2018
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e Utensílios	10% a 20%	563.275	(202.760)	360.515
Máquinas e Equipamentos	4% a 20%	514.312	(157.892)	356.420
Ferramentas	20%	11.140	(5.805)	5.335
Computadores e Periféricos	50%	303.916	(115.987)	187.929
Instalações	4% a 10%	371.493	(308.936)	62.557
Veículos	20%	132.340	(44.113)	88.227
<b>Total</b>		<b>1.896.476</b>	<b>(835.493)</b>	<b>1.060.983</b>

## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em reais)

## b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2018	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2019
<b>Custo</b>	<b>1.405.268</b>	<b>525.731</b>	<b>(34.523)</b>	<b>-</b>	<b>1.896.476</b>
Móveis e Utensílios	299.798	272.458	(8.981)	-	563.275
Máquinas e Equipamentos	441.035	90.550	(17.273)	-	514.312
Ferramentas	12.092	932	(1.884)	-	11.140
Computadores e Periféricos	149.251	159.845	(5.180)	-	303.916
Instalações	370.752	1.946	(1.205)	-	371.493
Veículos	132.340	-	-	-	132.340
<b>Depreciação</b>	<b>(704.140)</b>	<b>(149.912)</b>	<b>18.559</b>	<b>-</b>	<b>(835.493)</b>
(-) Móveis e Utensílios	(175.935)	(31.603)	4.778	-	(202.760)
(-) Máquinas e Equipamentos	(125.110)	(41.963)	9.181	-	(157.892)
(-) Ferramentas	(5.334)	(901)	430	-	(5.805)
(-) Computadores e Periféricos	(82.118)	(37.566)	3.697	-	(115.987)
(-) Instalações	(297.998)	(11.411)	473	-	(308.936)
(-) Veículos	(17.645)	(26.468)	-	-	(44.113)
<b>Saldo líquido</b>	<b>701.128</b>	<b>375.819</b>	<b>(15.964)</b>	<b>-</b>	<b>1.060.983</b>

## 11. INTANGÍVEL

## a) Abertura do intangível

			31.12.2019	31.12.2018
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Software	20%	88.464	(27.241)	61.223
<b>Total</b>		<b>88.464</b>	<b>(27.241)</b>	<b>61.223</b>

## b) Movimentação do intangível

	31.12.2018	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2019
<b>Custo</b>	<b>38.505</b>	<b>49.959</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>88.464</b>
Software	38.505	49.959	-	-	88.464
<b>Depreciação</b>	<b>(15.691)</b>	<b>(11.550)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(27.241)</b>
(-) Software	(15.691)	(11.550)	-	-	(27.241)
<b>Saldo líquido</b>	<b>22.814</b>	<b>38.409</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>61.223</b>

## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

### 12. CONTAS A PAGAR

A composição de contas a pagar está composta principalmente pelas faturas de luz, água, telefone e *internet*, assessoria jurídica, assessoria contábil e demais fornecedores de alimentos e itens de consumo que realizam vendas com vencimentos geralmente para trinta dias. O saldo de contas a pagar está composto pelo valor de R\$ 604.175 e R\$ 707.879 em dezembro de 2019 e 2018 respectivamente.

### 13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Compreende a composição das obrigações sociais e trabalhistas os impostos, tributos e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento, conforme apresentada a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Sálarios a pagar	345.012	335.309
Encargos sociais	153.353	147.651
Provisão de férias e 13º salário	616.350	602.340
Total	<u>1.114.715</u>	<u>1.085.300</u>

### 14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Compreende a composição das obrigações tributárias os impostos, tributos e encargos retidos na fonte, conforme apresentada a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
ISS a recolher	38	54
PIS a recolher	7.379	7.105
COFINS a recolher	311	594
IRRF a recolher	22.409	19.054
PIS/COFINS/CSLL a recolher	6.005	8.733
Total	<u>36.142</u>	<u>35.540</u>

## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Cheques a compensar	80	181
Pensão alimentícia a pagar	1.364	1.462
Cantina	7.445	9.101
Farmácia	11.962	12.279
Assistência odontológica	1.423	1.377
Total	<u>22.274</u>	<u>24.400</u>

### 16. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade, em 31 de dezembro de 2019, baseado na 4ª alteração do estatuto que nos traz a informação de que o patrimônio pode ser aumentado por todos os títulos de aquisição ou posse, na forma da legislação civil, se encontra em um total de R\$ 3.305.401 e está composto conforme a seguir:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Superávit acumulado	2.818.475	2.049.556
Jóia patrimonial	1.200	1.200
Ajuste de Exercícios Anteriores	67.296	(7.083)
Superávit do exercício	418.430	776.002
Total	<u>3.305.401</u>	<u>2.819.675</u>

### 17. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A principal fonte de receita da Entidade é referente aos serviços clínicos prestados aos pacientes da rede pública de saúde, onde é realizado a cobrança por leito diário à Secretaria de Saúde.

Há também a entrada de incentivos e doações feitas por órgãos públicos e também doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas, onde a soma destes valores compõem o total de receita operacional da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2019  
(Em reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Doações	1.968.538	1.269.435
Doações governamentais	50.015	-
Doações não governamentais de pessoas jurídicas	876	7.017
Doações não governamentais de pessoas físicas	21.016	13.709
Incentivo 100% SUS	1.210.219	1.210.219
TJPR FUNJUS	-	38.490
Diretoria executiva do fundo nacional de saúde	686.412	-
Contribuições	4.100	4.350
Contribuições associados	4.100	4.350
Venda de bens e serviços	15.428.241	15.824.948
Venda de serviços	15.411.299	15.814.922
Cursos	16.942	10.026
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>17.400.879</b>	<b>17.098.733</b>

## 18. CUSTOS TOTAIS

Os custos de serviços prestados são referentes aos gastos com honorários profissionais, despesas com folha de pagamento de todos os funcionários que prestam serviços com vínculo empregatício a Entidade e demais despesas gerais que são essenciais para o pleno funcionamento do objeto da Entidade que é a prestação de serviços médicos, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Pessoal sem vínculo empregatício	2.690.291	2.404.507
Pessoal com vínculo empregatício	8.402.358	8.273.367
Refeitório	717.849	610.674
Energia elétrica	303.150	274.482
Material de higiene e limpeza	202.177	192.239
Manutenção e reparos nas instalações	206.930	420.770
Material de uso e consumo	161.784	149.544
Locação de imóvel	1.920.000	1.920.000
Medicamentos	323.260	305.932
Segurança	207.565	198.802
Gerais	420.356	428.346
<b>Total</b>	<b>15.555.720</b>	<b>15.178.663</b>



## ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em reais)

## 19. DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais são compostas pelas despesas com tributos em que a Entidade não está isenta, depreciações e amortizações de seu patrimônio, serviços prestados por pessoas jurídicas e demais despesas gerais que estão envolvidas no funcionamento da Entidade porem não são essenciais a prestação do serviço. Estas classificações de despesas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas tributárias	6.680	7.867
Despesas com Depreciação e Amortização	161.459	120.966
Despesas com Serviços de Pessoas Juridicas	961.200	927.655
Despesas gerais	375.621	173.472
<b>Total</b>	<b>1.504.960</b>	<b>1.229.960</b>

## 20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais apresenta a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Outras Receitas</b>	<b>62.841</b>	<b>85.221</b>
Outras Receitas	43.464	72.240
Receita de Aluguel	19.361	12.974
Recuperação de Despesas	16	7
<b>Outras Despesas:</b>	<b>(17.437)</b>	<b>(31.448)</b>
(-) COFINS sobre aluguel	(1.471)	(987)
Perdas de capital	(15.966)	(30.461)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>45.404</b>	<b>53.773</b>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas Financeiras	48.940	49.129
Rendimento de poupança	28	30
Fundos de investimentos	48.912	42.302
Descontos obtidos	-	6.797
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(16.113)</b>	<b>(17.010)</b>
Fundos de investimentos	(43)	(7)
(-) COFINS s/ aplicação financeira	(1.526)	(1.724)
Juros	(2.548)	(619)
Juros/Multa tributos em atraso	(93)	(618)
Despesas bancárias	(5.053)	(5.046)
IOF	(6.850)	(8.996)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>32.827</b>	<b>32.119</b>

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Devido aos efeitos mundiais decorridos desde o final do ano de 2019 e início de 2020, por conta do COVID-19, a Entidade decidiu tomar as devidas providências para o enfrentamento dessa crise. Todos os profissionais que circulam pelas dependências do hospital, em especial médicos e enfermeiros, foram devidamente treinados e orientados a utilizar os equipamentos necessários para evitar a propagação e risco de contágio. Apesar de não ter sido registrado nenhum caso de COVID-19 nas dependências do hospital, até a data de emissão destas demonstrações, a Entidade notou um incremento expressivo em seus custos relativos a matérias de insumo utilizados pelo hospital, tais como, álcool em gel, máscara de proteção, luvas e demais itens relacionados ao tratamento do vírus. A Entidade poderá, igualmente, sofrer com efeitos da COVID-19 sobre seu quadro de profissionais de saúde, em proporções não mensuráveis. Pessoal não essencial à atividade de saúde, na medida das possibilidades de cada função, estão sendo colocados em "home-office".

\* \* \* \* \*